

Aula Demonstrativa:

Fala pessoal! Tudo certo?

É um prazer estar aqui para ministrar mais este curso pelo Ponto.

É realmente uma honra poder ajudar nos seus estudos e contribuir para a aprovação que certamente virá em breve para muitos de vocês.

Para quem ainda não me conhece: eu sou o Prof. Vítor Cruz e desde 2009 estou trabalhando aqui no Ponto, ensinando (e é claro, também aprendendo muito) a disciplina mais legal dos concursos públicos: o Direito Constitucional.

Eu sou ex-Oficial da Marinha do Brasil, graduado em Ciências Navais pela Escola Naval e Pós-graduado em Direito Constitucional.

Entre meus trabalhos editoriais, sou autor do livro "**Constituição Federal Anotada para Concursos (2a Edição)**" publicado pela Editora Ferreira e dos livros "**Vou ter que estudar Direito Constitucional! E Agora?**" e "**Questões Comentadas de Direito Constitucional - FGV**", ambos pela Editora Método.

Sou também coordenador, juntamente com o Prof. Leandro Cadenas, da coleção 1001 questões comentadas da Editora Método, onde também participo sendo autor das seguintes obras:

- 1001 Questões Comentadas de Direito Constitucional - ESAF;
- 1001 Questões Comentadas de Direito Constitucional - CESPE (2a Edição);
- 1001 Questões Comentadas de Direito Constitucional - FCC;
- 1001 Questões Comentadas de Direito Tributário - ESAF (este em parceria com Francisco Valente).

Sobre o curso:

Este curso é uma versão para concursos aos cargos **DAS ÁREAS JURÍDICAS - EM ESPECIAL AOS CARGOS DE ANALISTA (ÁREA JUDICIÁRIA, EXECUÇÃO DE MANDADOS E PROCESSUAL) DE TRIBUNAIS E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, OU CORRELATOS** - de um dos meus mais ousados projetos: **o Direito Constitucional nas 5 fontes!**

Aqui neste curso nós iremos estudar nas 5 fontes: Constituição, Doutrina, Jurisprudência... ...MACETES E QUESTÕES!!! Obviamente isso é só uma brincadeira, né pessoal?! Macetes e questões estão ali porque seriam, na verdade, as nossas principais "fontes para as

provas de concurso público". Assim, trabalharemos na seguinte forma:

1- Constituição – Trabalharemos, sempre que possível e sempre que seja pertinente, em cima de cada disposição constitucional, mostrando cada uma das suas armadilhas e fixando a literalidade, que é muito cobrada em concursos.

2- Doutrina – Faremos um apanhado das principais doutrinas usadas pelas bancas de concurso (Alexandre de Moraes, José Afonso da Silva, Canotilho, entre outros) para que o aluno possa resolver as questões doutrinárias sem que seja necessário o estudo de cada uma daquelas pesadas obras acadêmicas.

3- Jurisprudência – Iremos apontar o pensamento dos tribunais, notadamente do STF, que sejam relevantes para uma cobrança em concurso público ou que já foram abordados em concurso público.

4- Macetes – Aqui começa o grande diferencial do curso... O famoso "Pulo do Gato"... É o momento de facilitar a vida do aluno, impedindo que ele se descabele desnecessariamente com assuntos que são assustadores em uma primeira vista, mas que, lá no fundo, são bem fáceis para entender/fixar/decorar (ou qualquer outra coisa...). São as dicas de um professor que foi concurseiro por mais de 5 anos e que comentou mais de 5000 questões cobradas em concursos em suas obras publicadas.

5- Questões – Nós não iremos resolver uma ou duas questões, nem 10 ou 20... Serão centenas... Chegaremos às milhares ao final do curso! **E todas elas SEMPRE serão comentadas!** O foco será nas questões **CESPE e FCC**, principais bancas examinadoras dos concursos de Tribunais e Ministério Público. Eventualmente poderei colocar questões de outras bancas a fim de chamar à atenção algum assunto importante.

Sobre as aulas:

Baseado nos editais recentes de concursos CESPE e FCC, em especial para Tribunais e Ministério Público, podemos estabelecer uma "espinha dorsal" para o estudo, que proponho ministrar do seguinte modo:

Aula Demonstrativa: Direito Constitucional: natureza; conceito e objeto. Constituição: conceito, sentido sociológico; sentido político; sentido jurídico.

Aula 1: Poder constituinte. Classificação das Constituições. Estrutura, Elementos e Normas Constitucionais.

Aula 2: Princípios Fundamentais

Aula 4: Direitos e deveres fundamentais – parte 1: Teoria Geral dos Direitos Fundamentais e Direitos e Deveres Individuais e Coletivos;

Aula 5: Direitos e deveres fundamentais – parte 2: direitos e deveres individuais e coletivos (continuação) e Direitos Sociais.

Aula 6: Dos direitos e deveres fundamentais – parte 3: direitos sociais (continuação); nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos.

Aula 7: Poder Legislativo.

Aula 8: Processo Legislativo

Aula 9: Poder Executivo.

Aula 10: Poder Judiciário – Parte Geral: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; o Superior Tribunal de Justiça;

Aula 11: Poder Judiciário – Parte Específica: Justiça Militar, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Federal e Justiça Estadual;

Aula 12: Controle de constitucionalidade.

Assuntos complementares - disponibilizados gratuitamente:

Módulo extra 1: Interpretação (Hermenêutica) Constitucional;

Módulo extra 2: Administração Pública na Constituição de 1988;

Módulo extra 3: Intervenção Federal e Estadual.

Módulo extra 4: Funções essenciais à Justiça (Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia e Advocacia Pública);

Módulo extra 5: Ordem Social - Seguridade Social

Observação 1: Criamos essa facilidade de módulos extras para que o curso seja mais acessível financeiramente ao aluno, veja que você terá acesso ao assunto referente a esta **aula demonstrativa + 17 aulas pelo preço de somente 12 aulas.**

Observação 2: Esses assuntos complementares serão disponibilizados de uma única vez, ao final do curso, e darão direito ao fórum de dúvidas, porém, somente enquanto o curso estiver disponível. Ou seja, vocês podem tirar dúvidas de tais assuntos, mas somente no prazo de cerca de 20 dias após a disponibilização da última aula.

Chega de blá blá blá, né galera... vamos iniciar logo essa aula?!

Direito Constitucional - o que é isso?

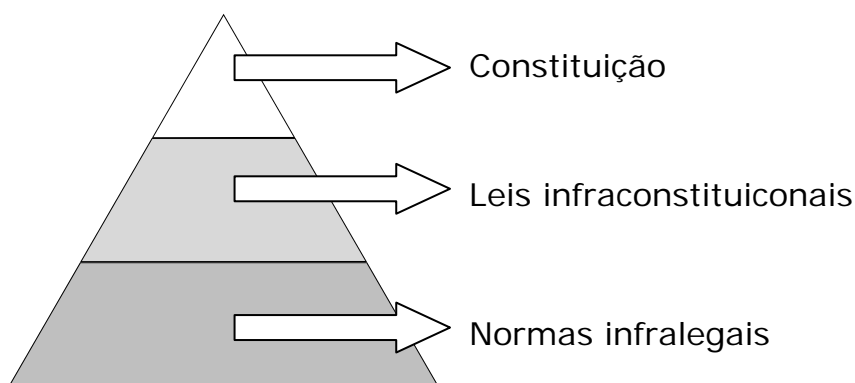
O que é a Constituição?

Dizer "o que é uma Constituição" não é fácil não!!! Pode parecer simples, mas não é. Daqui a pouco vamos estudar a evolução desse conceito de Constituição.

Atualmente ainda não há consenso entre os estudiosos sobre o que efetivamente seria uma Constituição.

Não nos preocupando com isso agora, eu posso te dizer o seguinte: a Constituição é a norma máxima de um Estado. É uma norma que está lá em cima da cadeia hierárquica devendo ser observada por todos os integrantes do país e ela também serve de base para todos os demais tipos de normas.

Nosso amigo Hans Kelsen, importante jurista austríaco, elaborou a seguinte pirâmide hierárquica:



Esta pirâmide revela várias coisas, a primeira delas é que a Constituição é mais "enxuta", tem poucos detalhes e é dela que irradiam todas as outras normas, que vão cada vez encorpando mais o chamado "ordenamento jurídico" (conjunto das normas em vigor).

Outro ponto que extraímos da pirâmide de Kelsen é o escalonamento hierárquico que decorre do "princípio da supremacia da Constituição", assim, a Constituição é hierarquicamente superior às leis, e estas são hierarquicamente superiores às normas infralegais.

No Brasil, ao adotarmos o conceito jurídico de Constituição, temos uma Constituição rígida, que não pode ser livremente alterada por leis ordinárias, qualquer que seja o conteúdo tratado.

Observação: Não existem hierarquias dentro de cada patamar, ou seja, não existe qualquer hierarquia entre quaisquer das normas constitucionais nem qualquer hierarquia de uma lei perante outra lei, ainda que de outra espécie.

1. (CESPE/MPS/2010) A norma constitucional é uma sobrenorma, porque trata do conteúdo ou das formas que as demais normas devem conter, apresentando princípios que servem de guias supremos ao exercício das competências dos órgãos.

Comentários:

Perfeito... Já dá para esquentar. A Constituição é isso aí. O ponto de partida para as demais normas é a norma suprema, ou, como a questão diz, uma: "sobrenorma" delineando o conteúdo e as formalidades das demais normas que estão abaixo dela.

Gabarito: Correto.

2. (CESPE/MPS/2010) Segundo a estrutura escalonada ou piramidal das normas de um mesmo sistema jurídico, no qual cada norma busca sua validade em outra, situada em plano mais elevado, a norma constitucional situa-se no ápice da pirâmide, caracterizando-se como norma-origem, porque não existe outra que lhe seja superior.

Comentários:

Olha só: a questão trouxe em palavras tudo aquilo que vimos na pirâmide de Kelsen: a Constituição no ápice, servindo de origem, e cada patamar devendo buscar a validade no patamar superior.

Gabarito: Correto.

3. (CESPE/Auditor-TCU/2009) Pelo princípio da supremacia da Constituição, constata-se que as normas constitucionais estão no vértice do sistema jurídico nacional, e que a elas compete, entre outras matérias, disciplinar a estrutura e a organização dos órgãos do Estado.

Comentários:

O Princípio da Supremacia da Constituição, é justamente o fato de a Constituição se sobrepor sobre todo o resto do ordenamento jurídico, ocupando o mais alto patamar. É correto também dizer que a Constituição é um instrumento de organização política do Estado e de limitação do poder estatal face aos particulares. Desta forma, está perfeito se falar que cabe à constituição, entre outras coisas, disciplinar a estrutura e a organização dos órgãos do Estado.

Gabarito: Correto.



Definição de direito Constitucional: O Direito Constitucional é definido como sendo: o ramo de direito

público que estuda os conceitos relacionados à ordem constitucional, ou seja, estuda a lei máxima de um país e o que estiver atrelado a ela. É um direito amplo, pois, acaba albergando as noções gerais de diversos outros direitos.

Para fins de estudo, o Direito Constitucional divide-se, quanto ao foco de investigação, em basicamente 3 espécies:

- **Direito Constitucional Comparado** - Tem como objeto de estudo a comparação entre ordenamento constitucional de vários países (critério espacial), ou de um mesmo país em diferentes épocas de sua história (critério temporal), com o objetivo de aprimorar o ordenamento atual.
- **Direito Constitucional Geral (ou comum)** - É o estudo dos conceitos e princípios constitucionais de forma geral, ou seja, sem se preocupar com um ordenamento constitucional específico. É um estudo teórico.
- **Direito Constitucional Positivo (ou especial)** - É o direito constitucional propriamente dito, que vai estudar um ordenamento específico que esteja vigorando em um país, diz-se "positivo" pois está em vigor, capaz de impor a sua força.

4. (ESAF/AFC-CGU/2004) Um dos objetos do Direito Constitucional Comparado é o estudo das normas jurídicas positivadas nos textos das Constituições de um mesmo Estado, em diferentes momentos históricotemporais.

Comentários:

O Direito Constitucional Comparado é um estudo comparativo no tempo ou no espaço. A questão, corretamente, assinalou o aspecto temporal como um dos objetivos do DC comparado.

Gabarito: Correto.

5. (FUNIVERSA/APEX-Brasil/2006) O Direito Constitucional é um ramo do Direito Privado, destacado por ser fundamental à organização do Estado e ao estabelecimento das bases da estrutura política.

Comentários:

O direito cosntitucional é ramo do direito público e não do direito privado.

Gabarito: Errado.

Teoria Geral do Direito Constitucional - Constitucionalismo:

Podemos dizer que a Constituição surge através do "Constitucionalismo". Ou seja, chama-se de constitucionalismo a **evolução das relações** entre governantes e governados **que faz surgir a Constituição**.

O constitucionalismo ocorre de modos diferentes e em tempos diferentes nos vários países do mundo. O constitucionalismo de cada país tem a sua peculiaridade

(veja que o tempo verbal indicado é "ocorre" e não "ocorreu". O constitucionalismo não foi um evento, ele é um evento. Tivemos uma evolução passada, temos uma no presente e teremos outra no futuro, pois a sociedade é dinâmica, os anseios se modificam e a forma e o conceito da "Constituição" devem acompanhar essas mudanças)

Temos, resumidamente, diversos constitucionalismos:

- **Constitucionalismo Antigo** - Manifestado primeiramente na civilização hebraica (que era teocrática) onde o poder era limitado pela "Lei do Senhor" e posteriormente na civilização grega onde havia inclusive uma escolha de cidadãos para os cargos públicos;
- **Constitucionalismo da Idade Média** - Marcado pela Magna Carta de 1215 onde o rei João "sem terra" teve de assinar uma carta de limitações de seu poder para que não fosse deposto pelos barões;
- **Constitucionalismo Moderno** - Marcado pela Revolução Francesa e pela Independência dos Estados Unidos, onde o povo realmente passava a legitimar a Constituição e exigir um rol de garantias perante o Estado.

Para a grande maioria da Doutrina, porém, a Constituição só pode ser chamada efetivamente de "Constituição" no constitucionalismo moderno, ou seja, a partir da Revolução Francesa em 1789 que deu origem a Constituição de 1791 naquele país e da Constituição Americana de 1787. Surge, então, o chamado conceito *ocidental* de Constituição ou conceito *ideal*. Baseado na doutrina do Prof. Canotilho, neste conceito, elencamos as seguintes características:

- **Forma escrita;**
- **Deve organizar o Estado politicamente e prever a separação de funções do Poder Político (tripartição dos Poderes);**
- **Deve garantir as liberdades individuais, limitando o poder do Estado;**

- Deve prever a participação do povo nas decisões políticas.

(GRAVEM ESSAS CARACTERÍSTICAS!)

6. (CESPE/Advogado - Petrobrás/2007) O conceito de constituição moderna corresponde à idéia de uma ordenação sistemática e racional da comunidade política por meio de um documento escrito no qual se declaram as liberdades e os direitos e se fixam os limites do poder político. Esse conceito de constituição é também conhecido como conceito oriental de constituição.

Comentários:

O correto seria conceito **ocidental** de constituição ou conceito ideal de constituição.

Gabarito: Errado.

7. (CESPE/Promotor-MPE-RN/2009) A origem do constitucionalismo remonta à antiguidade clássica, especificamente ao povo hebreu, do qual partiram as primeiras manifestações desse movimento constitucional em busca de uma organização política fundada na limitação do poder absoluto.

Comentários:

É isso aí... A questão está falando do Constitucionalismo Antigo.

Gabarito: Correto.

8. (CESPE/ANATEL/2006) O constitucionalismo pode ser corretamente definido como um movimento que visa limitar o poder e estabelecer um rol de direitos e garantias individuais, o que cria a necessidade de se instituir uma carta, em regra escrita, que possa juridicizar essa relação entre Estado e cidadão, de forma a se gerar mais segurança jurídica.

Comentários:

Trata-se de um perfeito retrato da concepção moderna de constitucionalismo, que surgiu com a Revolução Francesa e a independência dos EUA.

Gabarito: Correto.

9. (ESAF/AFRFB/2009) O conceito ideal de constituição, o qual surgiu no movimento constitucional do século XIX, considera como

um de seus elementos materiais caracterizadores que a constituição não deve ser escrita.

Comentários:

Neste conceito, elencamos as seguintes características: **forma escrita**; organização do Estado com previsão da separação das funções do Poder Político (tripartição do Poder); garantia das liberdades individuais, limitando o poder do Estado; e participação do povo nas decisões políticas.

Gabarito: Errado.

Antes dessa "formalização" do conceito de Constituição, diversos documentos e movimentos podem ser apontados como antecedentes deste constitucionalismo moderno. Assim, são geralmente apontados como precedentes históricos do constitucionalismo moderno:

- **Pensamento iluminista** - Pregava o liberalismo político e econômico. Foi a base das revoluções do séc. XVIII e XIX.
- **Teoria do Pacto Social de Rousseau** - Segundo Rousseau, o Estado é um contrato social entre seus integrantes, logo o povo não pode estar submisso, sem participar nas decisões políticas.
- **Pactos** - Acordos entre o monarca e os barões (ou burgueses). Ex. **Magna Carta de 1215**, onde o rei só governaria se aceitasse as condições impostas pela nobreza (barões). Outro importante foi o ***Petition of Rights (1628)*** onde passou ser necessária o consentimento de todos para que se fossem cobradas dívidas ou benevolências. Importante também é citar o ***Bill of Rights de 1689*** (declaração de direitos) feita pelo parlamento inglês e aceita por Guilherme de Orange, que reconheceu, na Inglaterra, diversos direitos e liberdades como a propriedade privada e as eleições livres para o parlamento.
- **Forais** - Permitiam o auto-governo dos burgos.
- **Cartas de Franquia** - Assegurava a liberdade às corporações e colocava limites ao poder dos senhores feudais para exigir tributos.
- **Contratos de colonização** - Regras consensuais fixadas pelos novos colonos da América do Norte, para que pudessem regulamentar o Poder e se governarem.

(As definições de cada um desses antecedentes não costumam ser cobradas em concursos! Mas, é cobrado o nome deles como exemplos de antecedentes das Constituições).

10. (ESAF/AFC-CGU/2004) A idéia de uma Constituição escrita, consagrada após o sucesso da Revolução Francesa, tem entre seus antecedentes históricos os pactos, os forais, as cartas de franquia e os contratos de colonização.

Comentários:

Exato. Podemos ainda elencar o pensamento iluminista e as teorias sobre o contrato social.

Gabarito: Correto.

Atualmente, fala-se muito do neoconstitucionalismo, ou constitucionalismo contemporâneo que é uma fase em que o Brasil começa a adentrar a partir da Constituição de 1988, principalmente, mas que já seria vivenciada por países da Europa Ocidental (como Alemanha e Espanha) desde os anos 50, 60, no pós 2ª Guerra Mundial.

O neoconstitucionalismo está marcado pela idéia de justiça social, equidade, e emprego de valores e princípios norteadores de moralidade, rompendo-se a idéia de positivismo ao extremo. Trata-se então de um "pós-positivismo". Para os defensores do neoconstitucionalismo o direito deve ter como foco a Constituição e esta, na verdade, seria um "bloco constitucional" onde os aspectos principiológicos e os valores se tornam tão importantes quanto as regras insculpidas no texto constitucional.

O neoconstitucionalismo não é apenas uma nova roupagem para algo antigo, mas sim um novo repensar do direito onde a Constituição deixa de ser uma "carta de intenções" e realmente se torna uma "norma jurídica" devendo, assim, ser concretizada. Dessa forma, deixa-se de lado o foco nas leis, para se colocar o foco na Constituição. Busca-se concretizar o ordenamento jurídico de acordo com o pensamento do legislador constituinte. A Constituição, então, tem uma força normativa, impositiva sobre o ordenamento jurídico, e não pode, assim, ser ignorada pela sociedade.

11. (CESPE/Promotor-MPE-RN/2009) O neoconstitucionalismo é caracterizado por um conjunto de transformações no Estado e no direito constitucional, entre as quais se destaca a prevalência do positivismo jurídico, com a clara separação entre direito e valores substantivos, como ética, moral e justiça.

Comentários:

O neoconstitucionalismo tenta transcender ao positivismo, chega-se ao pós-positivismo, onde os aspectos principiológicos e os valores se

tornam tão importantes quanto as regras insculpidas no texto constitucional.

Gabarito: Errado.

12. (CESPE/Promotor-MPE-RN/2009) O neoconstitucionalismo caracteriza-se pela mudança de paradigma, de Estado Legislativo de Direito para Estado Constitucional de Direito, em que a Constituição passa a ocupar o centro de todo o sistema jurídico.

Comentários:

Isso aí...

O preceito básico do neoconstitucionalismo é a Constituição com força normativa ocupando o papel principal do direito.

Gabarito: Correto.

Evolução das Constituições:

Na idade moderna, surge aquela "Constituição em sentido estrito", que devia ser escrita e respeitar as liberdades individuais e etc. Assim, podemos dizer que Com a Revolução Francesa e pela Independência dos Estados Unidos temos o início do Estado Liberal, já que se asseguraram as liberdades individuais, que vieram a ser chamadas de "direitos de primeira geração".

Segundo os conceitos do liberalismo, o homem é naturalmente livre, então, buscou-se limitar o poder de atuação dos Estados para dotar de maior força a autonomia privada e deixar o Estado apenas como força de harmonização e consecução dos direitos.

Na Constituição mexicana de 1917 e na de Weimar (Alemanha) em 1919, que nascem logo após a 1ª Guerra Mundial, temos um estilo de Constituição que prega não mais os direitos individuais em sentido estrito, mas uma visão mais ampla, do indivíduo em sociedade. Não podemos associá-la, do ponto de vista histórico, ao conceito de "constituição liberal" expresso pela Revolução Francesa. Ela vai além do "Estado liberal". A Constituição Mexicana de 1917 passa a trazer em seu texto mais do que simples liberdades (direitos de 1ª geração - liberdades individuais - direitos políticos e civis). Ela traz os direitos econômicos, culturais e sociais (direitos de segunda geração - relacionados à igualdade), surgindo então o conceito de "**Estado Social**". Desta forma, possui como característica a mudança da concepção de constituição sintética para uma constituição analítica, mais extensa, capaz de melhor conter os abusos da discricionariedade. Aumenta assim a intervenção do Estado na ordem

econômica e social, dizendo-se que a democracia liberal-econômica passa a ser substituída pela **democracia social**.

Esse estado social é superado com o fim da 2ª Guerra Mundial, temos então o surgimento do Estado Democrático de Direito marcado pelas iniciativas relacionadas à solidariedade e aos direitos coletivos.

Assim temos basicamente¹:

Fase	Marco Mundial	Dimensão dos direitos	Direitos	Marco no Brasil
Estado Liberal	Revolução Francesa e Independência dos EUA	1ª	Liberdade: Direitos civis e políticos	Incipiente na CF/1824 e fortalecido na CF/1891
Estado Social	Pós 1ª Guerra Mundial - Constituição Mexicana (1917) e Weimar (1919).	2ª	Igualdade: Direitos Sociais, Econômicos e Culturais.	CF/1934
Estado Democrático	Pós 2ª Guerra Mundial.	3ª	Solidariedade (fraternidade): Direitos coletivos e difusos.	CF/1988



Pulo do Gato:

- As dimensões estão na ordem do lema da Revolução Francesa: *liberdade, igualdade, e fraternidade*.
- Os direitos **P**olíticos são os de **P**rimera dimensão.
- Os direitos **S**ociais, **E**conômicos e **C**ulturais (**SEC** - Lembre-se de "second") são os de segunda dimensão.

¹ Retirado de CRUZ, Vítor. Constituição Federal Anotada para Concursos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ferreira. 2011.



OBS. Em relação ao Estado liberal, embora tenhamos destacado o seu marco inicial com a Revolução Francesa, tem antecedentes bem distantes. Foi a partir da Revolução Francesa que se passou a institucionalizar (positivar) universalmente em constituições as garantias dos indivíduos, gerando o Estado de Direito Liberal, mas o liberalismo já estaria sendo pregado desde a época de John Locke no "Segundo Tratado sobre o Governo Civil", logo após a Revolução Gloriosa na Inglaterra, e fortalecido com as idéias do "Contrato Social" de Jean Jacques Rousseau, que foi o maior influenciador da Revolução Francesa. Locke, no entanto, defendia que as garantias individuais eram de cunho natural de todo ser humano independentemente de estarem escritas ou não em um texto (*jusnaturalismo*).

13. (CESPE/POLÍCIA CIVIL DF/98) A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, como produto da Revolução Francesa de 1789, contém nitidamente a idéia de limitação do poder do Estado pela garantia de uma esfera de liberdade do cidadão, deixando bastante clara a dicotomia Estado-cidadão.

Comentários:

Exatamente isso... alguém discorda?

Gabarito: Correto.

14. (CESPE/POLÍCIA CIVIL DF/98) A passagem do Estado Liberal para o Estado Social é acompanhada da idéia de que os direitos do homem só podem ser efetivamente garantidos pela necessária intervenção do Estado, seja para proteger liberdades ou para criar condições materiais para o exercício dos direitos sociais.

Comentários:

Novamente está correto. O Estado Social pressupõe a passagem do Estado que se limita a garantir as liberdades para um Estado que efetivamente intervém na sociedade, dando condições para o exercício dos direitos.

Gabarito: Correto.

15. (CESPE/POLÍCIA CIVIL DF/98) A filosofia do direito natural, que teve John Locke seu precursor, defende a idéia de que o homem tem direitos inatos, derivados da sua condição humana; é, por isso, uma teoria que leva em consideração apenas os chamados direitos de primeira geração, ou direitos cuja efetividade independe de uma atuação positiva do Estado.

Comentários:

Isso aí. O direito natural defende aqueles direitos universais do cidadão. São os direitos básicos que devem ser assegurados a qualquer pessoa no mundo. Esses direitos são as liberdades, comumente chamadas de "1ª dimensão" ou "1ª geração".

Gabarito: Correto.



É importante que destaquemos também que com o passar do tempo, a mudança do paradigma constitucional vem promovendo uma tendência de aumento do conteúdo da Constituição. Desta forma, a Constituição que era dita sintética (curta) foi cada vez ficando mais analítica (extensa), pois se passou a prever no texto constitucional não só as garantias individuais e a organização do Poder, mas ainda os direitos sociais, econômicos, culturais, coletivos e etc.

16. (ESAF/CGU/2004) Segundo a melhor doutrina, a tendência constitucional moderna de elaboração de Constituições sintéticas se deve, entre outras causas, à preocupação de dotar certos institutos de uma proteção eficaz contra o exercício discricionário da autoridade governamental.

Comentários:

Errado. A tendência é pelas analíticas.

Gabarito: Errado.

O Poder Político e a Soberania:

Tudo que leva o termo "político" nos dá idéia de organização. O Poder Político, então, é o poder do qual o povo é titular e, assim, é utilizado para organizar o Estado.

O Poder Político é o poder soberano. Soberania é a característica que o Estado possui de ser independente na ordem externa (autodeterminação) e, na ordem interna, ser o poder máximo presente em seu território. O povo é que tem nas mãos este poder, o qual possui algumas características essenciais:

- **Unicidade** - Ele é apenas um, indivisível. Impede-se, assim, que haja conflitos ou fracionamentos criando interesses diversos daquele que é o real interesse do povo.
- **Titularidade do Povo** - "Todo o poder emana do povo" - O povo é o titular da soberania e são os seus interesses que irão prevalecer.

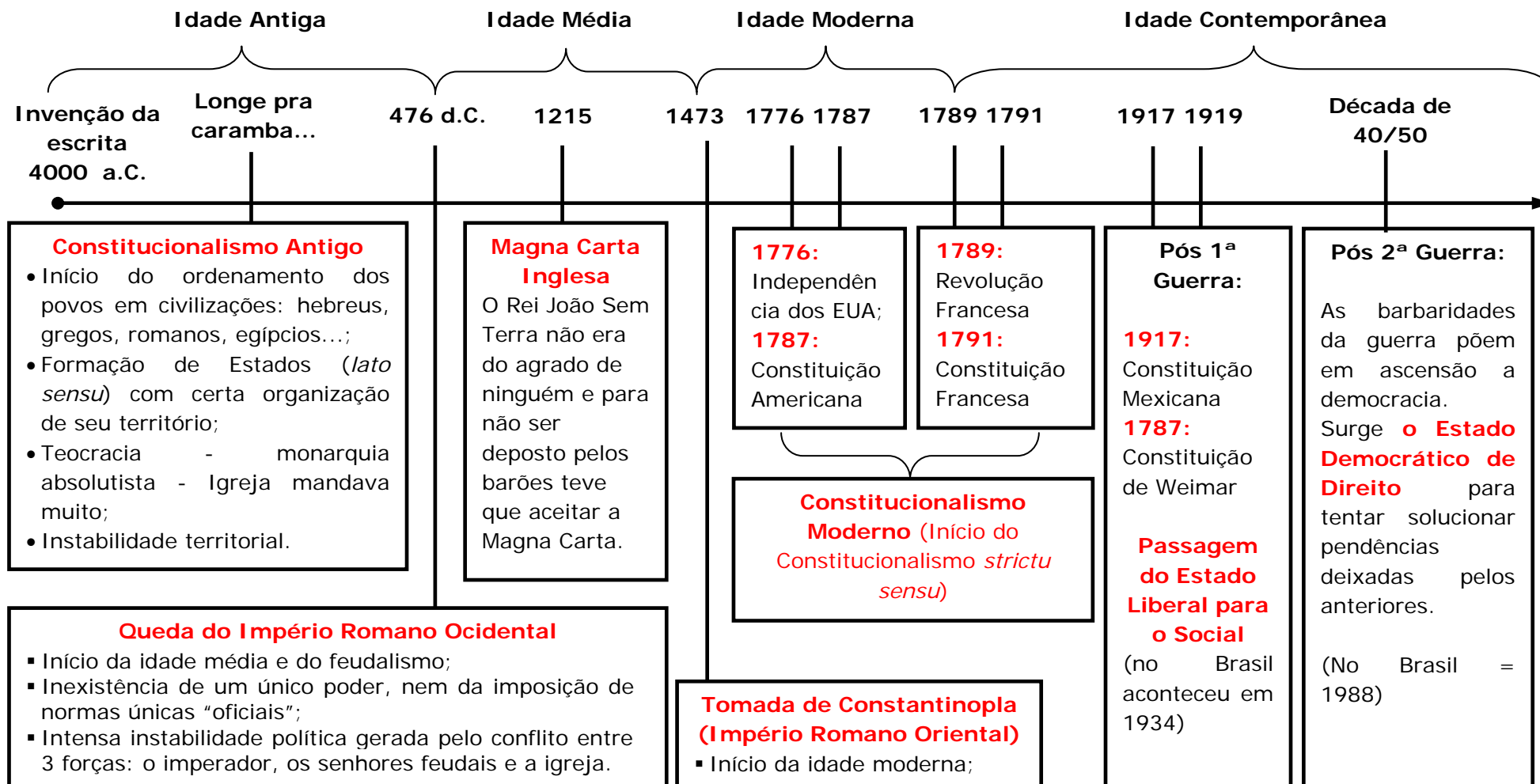
- **Imprescritibilidade** - Este poder é permanente, não se acaba com o tempo.
- **Indelegabilidade** - O povo não pode abrir mão de seu poder. Embora haja representantes, estes sempre agem em nome do seu povo.

Falamos que a soberania pertence ao povo, pois segue-se o pensamento de Rousseau, para quem o Estado era um contrato social (teoria da Soberania popular) - a Constituição de 1988 adota esta teoria ao prever no art. 1º, parágrafo único, que "todo poder emana do povo".

Lembramos que o titular da soberania é o povo de um Estado, não a sua população. Povo se refere a um vínculo entre indivíduo e o seu Estado através de nacionalidade ou cidadania. População seria um conceito meramente estatístico, demográfico, quantitativo de habitantes do território estatal. População seria todas as pessoas presentes no território do Estado, num determinado momento, inclusive estrangeiros e apátridas.

Existe também a teoria da "soberania estatal", para qual o Estado seria o titular da Soberania, mas **esta não é adotada pelo Brasil**.

LINHA DO TEMPO (obviamente resumida):



CURSO ON-LINE - D. CONSTITUCIONAL - TJDFT
PROFESSOR: VÍTOR CRUZ

17. (FCC/Auditor – TCE-MG/2005) Do ponto de vista histórico, o denominado conceito de Constituição liberal foi expresso pela

- a) Carta Magna, de 1215.
- b) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.
- c) Constituição mexicana revolucionária, de 1917.
- d) Constituição de *Weimar*, de 1919.
- e) Lei Fundamental de *Bonn*, de 1949.

Comentários:

Letra A – Errada. A Carta Magna de 1215 foi uma das primeiras formas de limitação do poder Estatal na Inglaterra, mas que não chegava a pregar um liberalismo Estatal face aos cidadãos.

Letra B – Correta. Vimos que o conceito de Estado liberal foi iniciado pela “Declaração dos direitos do homem” na Revolução Francesa.

Letra C e D - Erradas. A Constituição Mexicana e a de Weimar. expressam o conceito de Estado social e não de Estado Liberal.

Letra E – Errada. Após a 2ª Guerra Mundial, a Alemanha foi dividida na parte oriental e na parte ocidental. Bonn (ou Bona) era a capital da Alemanha Ocidental logo após a divisão, parte que recebia influência marcante dos EUA, Reino Unido e França. A lei fundametal de Bonn era o nome da Constituição Alemã de 1949 que foi marcada por uma retomada de força do constitucionalismo como reação ao período vivido na 2º Guerra. O Estado Liberal tem seu marco inicial muito antes. Este período do Constitucionalismo chamado moderno ou clássico, teve seu início no séc. XVIII com a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos.

Gabarito: Letra B.

18. (VUNESP/TJ-MS/2009) Assinale a alternativa que contém uma afirmativa correta a respeito do constitucionalismo.

- a) O constitucionalismo teve seu marco inicial com a promulgação, em 1215, da Magna Carta inglesa.
- b) O constitucionalismo surge formalmente, em 1948, com a edição da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.
- c) A doutrina do Direito Constitucional é uníssona no entendimento de que o constitucionalismo surgiu com a revolução norte-americana resultando, em 1787, na Constituição dos Estados Unidos da América.

**CURSO ON-LINE - D. CONSTITUCIONAL - TJDF
PROFESSOR: VÍTOR CRUZ**

- d) É possível identificar traços do constitucionalismo mesmo na antiguidade clássica e na Idade Média.
- e) O constitucionalismo brasileiro inspirou-se fortemente no modelo constitucional do Estado da Inglaterra.

Comentários:

Letra A - Errado. Podemos usar o constitucionalismo com duas acepções. Em uma visão mais estrita o início do constitucionalismo se deu com a Revolução Francesa e a Independência dos EUA, no final do século XVIII. Em uma visão mais ampla, o constitucionalismo teve origem no povo hebreu. A Magna Carta de 1215 foi um marco importante para o constitucionalismo inglês, mas não pode ser considerada o marco inicial do constitucionalismo.

Letra B - Errado. A declaração universal de direitos do homem da ONU foi um importante documento para respaldar o respeito aos direitos e garantias individuais e sociais, porém, o marco inicial do constitucionalismo é anterior.

Letra C - Errado. Realmente a revolução norte-americana pode ser considerada um marco inicial para o constitucionalismo em uma visão estrita, porém, não podemos de forma alguma dizer que a doutrina é "uníssona" quanto a isso, já que diversos autores contemplam a existência de um constitucionalismo desde a idade antiga.

Letra D - Correto. Trata-se da visão ampla do constitucionalismo.

Letra E - Errado. O constitucionalismo inglês é um constitucionalismo consuetudinário, costumeiro. O constitucionalismo brasileiro se inspira em diversos outros países dependendo do seu momento, destacando-se o norte-americano (Constituição de 1891), alemão (CF de 1934), além de outras influências européias como o constitucionalismo francês e português.

Gabarito: Letra D.

Sentidos (concepções) das Constituições:

Agora sim vamos entrar na velha discussão para compreender a evolução do "conceito de constituição". Veremos qual a resposta que um monte de gente (filósofos, juristas...), ao longo da história, deu para a pergunta: **o que é na verdade essa tal de Constituição?**

Pois é, essa pergunta não vem de agora não! Ao longo dos anos, diversas pessoas tentaram definir o que seria uma Constituição, e de que forma esta se relacionaria com a sociedade.

Assim, desenvolveram-se diversos **sentidos, ou concepções**, do que seria ou do que deveria ser uma Constituição.

CURSO ON-LINE - D. CONSTITUCIONAL - TJDFT
PROFESSOR: VÍTOR CRUZ

Basicamente temos 3 principais doutrinas:

- **Sentido sociológico** → Ferdinand Lassale;
- **Sentido político** → Carl Schmitt;
- **Sentido Jurídico** → Hans Kelsen.

Vocês são capazes de matar um monte de questão só decorando esse quadrinho acima (um monte mesmo!!!), e para ajudá-los a gravar:



Pulo do Gato:

- Sentido **SocioLógico** → Ferdinand **LaSSaLe**;
- Sentido poli**T**ico → Carl Schimi**TI**;
- Sobrou o "jurídico de Kelsen", mas aí já ficou fácil...

Sentido Sociológico:

Lassale defendia em seu livro "O que é uma Constituição? (A essência da Constituição)" (1864) que na verdade, a constituição seria um "fato social", seria um evento determinado pelas forças dominantes da sociedade.

Assim, de nada vale uma constituição escrita se as forças dominantes impedem a sua real aplicação. De nada vale uma norma, ainda que chamada de Constituição, que não tivesse qualquer poder, se tornando o que chamava de uma mera "folha de papel".

Deste modo, defendia ele que o Estado possuía 2 constituições: A "**folha de papel**" e a "**Constituição Real**", **esta era a soma dos fatores reais de poder**, ou seja, a reunião de tudo aquilo que efetivamente mandava na sociedade.

Assim, como **a existência da Constituição independe de qualquer documento escrito**, mas sim, decorre dos eventos determinantes da sociedade, Lassale dizia que todos os países possuem, possuíram sempre, em todos os momentos da sua história uma constituição real e efetiva.

Sentido Político:

Carl Schmitt, em sua obra "O Conceito Político" (1932) era defensor da teoria "decisionista" dizia que a Constituição é fruto de uma **"decisão política fundamental"** que, grosso modo, significa a **decisão base, concreta, que organiza o Estado**. Assim, só é constitucional aquilo que organiza o Estado e limita o Poder, o resto são meras "leis constitucionais".

Assim, Schmitt pregava que a **Constituição formal, escrita, não era o importante**, pois, deve-se atentar ao conteúdo da norma e não à sua forma (conceito material de constituição).

Atualmente este conceito de Carl Schmitt não foi totalmente abandonado, embasando a divisão doutrinária entre normas "materialmente constitucionais" (Ou seja, que possuem conteúdo próprio a uma Constituição) das normas apenas "formalmente constitucionais" (Ou seja, que possuem forma de Constituição, porém possuem um conteúdo que não é o conteúdo fundamental que uma Constituição deveria prever).

Sentido Jurídico:

Este é o conceito cujo maior defensor foi Hans Kelsen, que foi uma grande Influência na Constituição da Áustria de 1920. Kelsen era defensor do positivismo (o que importa é a norma escrita). Segundo seus ensinamentos, **a Constituição é "norma pura", "puro dever ser"**. Isso significa que a Constituição (norma jurídica) tem origem nela própria, ela é criada baseando-se no que "deve ser" e não no mundo do "ser". Assim, o surgimento da Constituição não se apóia em qualquer pensamento filosófico, político ou sociológico. Tem-se uma norma maior, uma norma pura, fundamental.

Kelsen era contemporâneo e grande rival de Schmitt. Para Hans Kelsen, o que importa para ser Constituição é ter a forma de uma Constituição (conceito formal de constituição). Um texto que se coloque acima das demais normas, que só possa modificar-se por um processo rígido, complexo, e que deverá ser observado por todas as demais dentro de um ordenamento jurídico.

O sentido jurídico proposto por Kelsen traz com ele 2 desdobramentos:

1. **Sentido lógico-jurídico:** É a Constituição hipotética que foi imaginada antes de escrever seu texto.
2. **Sentido jurídico-positivo:** É a norma suprema em si, positiva, que efetivamente se formou e que servirá de base para as demais do ordenamento.

CURSO ON-LINE - D. CONSTITUCIONAL - TJDFT
PROFESSOR: VÍTOR CRUZ

Assim, diz-se que a norma em sentido lógico-jurídico é o fundamento de validade que legitima a feitura da norma jurídico-positiva.

Outro defensor do sentido jurídico da Constituição foi o jurista alemão Konrad Hesse, discípulo de Kelsen. Hesse foi o conhecido pela obra "A Força Normativa da Constituição" (1959), onde resgatou o pensamento de Ferdinand Lassale, e o flexibilizou - disse que o pensamento de Lassale até fazia sentido, porém, havia pecado em ignorar a força que a Constituição possuía de modificar a sociedade. Desta forma, a norma constitucional e a sociedade seriam reciprocamente influenciadas.

Demais juristas e observações:

J. J. Gomes Canotilho - Sentido dirigente da Constituição:

Canotilho dizia que a Constituição deve ser um plano que irá direcionar a atuação do Estado, notadamente através das normas programáticas inseridas no seu texto. A CF/88 brasileira é exemplo de uma Constituição dirigentes, principalmente devido as diversas normas programáticas dos direitos sociais. Assim, a CF/88, além de limitar o poder do Estado, traz normas que direcionam a sua atividade.

Peter Häberle - A sociedade aberta dos interpretes da Constituição: Häberle dizia que as Constituições eram muito fechadas, pois eram interpretadas apenas pelos "intérpretes oficiais" – Os Juízes. Defendia, então, que todos os agentes que participam da realidade da Constituição deveriam participar também da interpretação constitucional.

CURSO ON-LINE - D. CONSTITUCIONAL - TJDF
PROFESSOR: VÍTOR CRUZ

Quadro Esquemático:

<u>Autor</u>	<u>Ferdinand Lassale</u>	<u>Carl Schmitt</u>	<u>Hans Kelsen</u>
<u>Sentido ou concepção de Constituição</u>	Sentido Sociológico Dica: LaSSaLe - SocioLógico	Sentido político Dica: Schmitt - Político	Sentido Jurídico
<u>O que dizia:</u>	Obra: A Essência da Constituição - O que é uma Constituição? - 1864. Constituição é um fato social. Não adianta tentar colocar uma norma escrita, pois a constituição escrita = mera folha de papel a Constituição é formada pelas "Forças Dominantes da Sociedade" = soma dos fatores reais de poder . Assim para Lassale tínhamos 2 constituições = a constituição real e a folha de papel.	Obra: O conceito político - 1932 A constituição é uma decisão política fundamental - "decisionismo" . Por decisão política fundamental entende-se a decisão base, concreta que organiza o Estado. Assim, só é constitucional aquilo que organiza o Estado e limita o Poder, o resto são meras "leis constitucionais" .	Influência na Constituição da Áustria - 1920 Contemporâneo e grande rival de Schmitt - defendia o "positivismo" . conceito formal de constituição - tudo que está na constituição é capaz de se impor sobre o resto do ordenamento jurídico. A constituição tem 2 sentidos: Lógico-jurídico: norma hipotética (imaterial, pensada - como deveria ser) que serve base para o sentido Jurídico-Positivo: Constituição efetiva , escrita, capaz de se impor sobre o resto do ordenamento.

CURSO ON-LINE - D. CONSTITUCIONAL - TJDFT
PROFESSOR: VÍTOR CRUZ

- **Questões da FCC:**

19. (FCC/PGE-MA/2003) A Constituição "como decisão política do titular do poder constituinte" é conceito atribuído a

- a) Sieyès.
- b) Kelsen.
- c) Montesquieu.
- d) Carl Schmitt.
- e) Ferdinand Lassalle.

Comentários:

Trata-se do conceito político de Constituição, defendido por "Carl Schmitt".

Letra D.

20. (FCC/Subprocurador - TCE-SE/2002) A conceituação de Constituição como "a soma dos fatores reais do poder que regem nesse País", atribuída a Lassalle, indica, segundo a doutrina, uma concepção de Constituição no sentido

- a) sociológico.
- b) jurídico.
- c) político.
- d) axiológico ou normativo.
- e) instrumental ou estrutural.

Comentários:

Lassalle era o defensor do Conceito **Sociológico**.

Letra A.

21. (FCC/Defensor Público-SP/2006) O termo "Constituição" comporta uma série de significados e sentidos. Assinale a alternativa que associa corretamente frase, autor e sentido.

- a) Todos os países possuem, possuíram sempre, em todos os momentos da sua história uma constituição real e efetiva. Carl Schmitt. Sentido político.
- b) Constituição significa, essencialmente, decisão política fundamental, ou seja, concreta decisão de conjunto sobre o modo e a forma de existência política. Ferdinand Lassalle. Sentido político.

CURSO ON-LINE - D. CONSTITUCIONAL - TJDFT
PROFESSOR: VÍTOR CRUZ

c) Constituição é a norma fundamental hipotética e lei nacional no seu mais alto grau na forma de documento solene e que somente pode ser alterada observando-se certas prescrições especiais. Jean Jacques Rousseau. Sentido lógico-jurídico.

d) A verdadeira Constituição de um país somente tem por base os fatores reais do poder que naquele país vigem e as constituições escritas não têm valor nem são duráveis a não ser que expressem fielmente os fatores do poder que imperam na realidade. Ferdinand Lassale. Sentido sociológico.

e) Todas as constituições pretendem, implícita ou explicitamente, conformar globalmente o político. Há uma intenção atuante e conformadora do direito constitucional que vincula o legislador. Jorge Miranda. Sentido dirigente.

Comentários:

Essa questão é muito legal... Traz um resumo de todo o tema.

Letra A - Errada. A doutrina que defendia isso era o sentido sociológico de Lassale, já que para ele, não importava qualquer documento escrito para que um país possuísse Constituição. A Constituição real e efetiva seria marcada pelo somatório dos fatores reais de poder, ou seja, as forças dominantes, as quais sempre existem e existiram em qualquer sociedade.

Letra B - Errada. Essa é a concepção política de Schmitt não de Lassale, que era a sociológica.

Letra C - Errada. Está correto dizer "sentido lógico-jurídico", mas quem disse isso foi Hans Kelsen. Rousseau era quem previa que o Estado derivaria de um "contrato social", nada tem haver com sentido jurídico de Constituição.

Letra D - Correto. É o que Lassale dizia. Se a Constituição não exprimisse o pensamento das forças dominantes, ela seria uma mera "Folha de Papel".

Letra E - Errada. Jorge Miranda é um professor português cujas obras de direito constitucional são de grande relevância. Porém o sentido dirigente é defendido por Canotilho, segundo este autor a Constituição deve ser um plano que irá direcionar a atuação do Estado, notadamente através das normas programáticas inseridas no seu texto.

Gabarito: Errado.

- **Questões do CESPE:**

**CURSO ON-LINE - D. CONSTITUCIONAL - TJDF
PROFESSOR: VÍTOR CRUZ**

22. (CESPE/Analista-STF/2008) Considere a seguinte definição, elaborada por Kelsen e reproduzida, com adaptações, de José Afonso da Silva (Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Atlas, p. 41...). A constituição é considerada norma pura. A palavra constituição tem dois sentidos: lógico-jurídico e jurídico-positivo. De acordo com o primeiro, constituição significa norma fundamental hipotética, cuja função é servir de fundamento lógico transcendental da validade da constituição jurídico-positiva, que equivale à norma positiva suprema, conjunto de normas que regula a criação de outras normas, lei nacional no seu mais alto grau. É correto afirmar que essa definição denota um conceito de constituição no seu sentido jurídico.

Comentários:

O sentido jurídico proposto por Kelsen traz com ele 2 desdobramentos:

1. Sentido lógico-jurídico: É a Constituição hipotética que foi imaginada antes de escrever seu texto;

2. Sentido jurídico-positivo: É a norma suprema em si, positiva, que efetivamente se formou e que servirá de base para as demais do ordenamento.

Assim, diz-se que a norma em sentido lógico-jurídico é o fundamento de validade que legitima a feitura da norma jurídico-positiva.

Gabarito: Correto.

23. (CESPE/TRF 5ª/2009) Segundo Kelsen, a CF não passa de uma folha de papel, pois a CF real seria o somatório dos fatores reais do poder. Dessa forma, alterando-se essas forças, a CF não teria mais legitimidade.

Comentários:

Quem dizia isso era Ferdinand Lassale e não Hans Kelsen.

Gabarito: Errado.

24. (CESPE/Agente Administrativo - MMA/2009) No sentido sociológico defendido por Ferdinand Lassale, a Constituição é fruto de uma decisão política.

Comentários:

Realmente Lassale defendia o sentido sociológico. Mas dizer que a Constituição é fruto de uma decisão política é expressar o pensamento de Carl Schmitt (conceito político) e não de Lassale.

Gabarito: Errado.

CURSO ON-LINE - D. CONSTITUCIONAL - TJDFT
PROFESSOR: VÍTOR CRUZ

25. (CESPE/TRF 1ª/2009) No sentido sociológico, a constituição seria distinta da lei constitucional, pois refletiria a decisão política fundamental do titular do poder constituinte, quanto à estrutura e aos órgãos do Estado, aos direitos individuais e à atuação democrática, enquanto leis constitucionais seriam todos os demais preceitos inseridos no documento, destituídos de decisão política fundamental.

Comentários:

Este seria o sentido político defendido por Carl Schmitt, onde teríamos de forma bem distinta: a Constituição, que seria formada pelas normas que organizam o Estado e limitam o poder estatal, e as demais normas que formariam meras "leis constitucionais" já que não veiculariam conteúdos essenciais a uma Constituição.

Gabarito: Errado.

26. (CESPE/Analista - DPU/2010) O termo constituição possui diversas acepções. Dessa forma, ao se afirmar que a constituição é norma pura, sendo fruto da vontade racional do homem e não das leis naturais, considera-se um conceito próprio do sentido

- a) culturalista.
- b) sociológico.
- c) político.
- d) filosófico.
- e) jurídico.

Comentários:

O enunciado mostra o pensamento de Hans Kelsen, que defendia o conceito jurídico de Constituição, sendo esta uma norma pura, que tem origem nela mesma, sem se prender a qualquer fundamentação sociológica, política ou filosófica.

Gabarito: Letra E.

27. (CESPE/Promotor-MPE-RO/2010) Para a teoria da força normativa da constituição - desenvolvida, principalmente, pelo jurista alemão Konrad Hesse -, a constituição tem força ativa para alterar a realidade, sendo relevante a reflexão dos valores essenciais da comunidade política submetida.

Comentários:

É isso aí. Este é o pensamento de Hesse.

CURSO ON-LINE - D. CONSTITUCIONAL - TJDFT
PROFESSOR: VÍTOR CRUZ

Gabarito: Correto.

28. (CESPE/Promotor-MPE-RO/2010) Para o jurista alemão Peter Häberle, a constituição de um país consiste na soma dos fatores reais de poder que regulamentam a vida nessa sociedade.

Comentários:

Quem dizia isso era Lassale. Häberle estava preocupado com o fato da interpretação constitucional ser realizada por todos os agentes da sociedade.

Gabarito: Errado.

29. (CESPE/Promotor-MPE-RO/2010) O legado de Carl Schmitt, considerado expoente da acepção jurídica da constituição, consistiu na afirmação de que há, nesse conceito, um plano lógico-jurídico, em que estaria situada a norma hipotética fundamental, e um plano jurídico-positivo, ou seja, a norma positivada.

Comentários:

O sentido jurídico dizia exatamente isso. Porém o seu defensor era Hans Kelsen e não Carl Schmitt. Este era defensor do sentido político.

Gabarito: Errado.

30. (CESPE/Procurador Municipal de Natal/2008) A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição, defendida por Peter Häberle, propõe que a interpretação constitucional seja tarefa desenvolvida por todos aqueles que vivem a norma, devendo ser inseridos no processo de interpretação constitucional todos os órgãos estatais, os cidadãos e os grupos sociais.

Comentários:

Exato. Era isso que pregava Häberle.

Gabarito: Correto.

É isso aí pessoal, espero que tenham gostado da aula demonstrativa, e fica aqui meu convite para que venham estudar conosco.

Será um imenso prazer tê-lo em nossa turma.

Se precisarem de algo ou algum esclarecimento, me procurem!

Grande abraço e excelentes estudos.

Vítor Cruz

QUESTÕES DA AULA:

1. **(CESPE/MPS/2010)** A norma constitucional é uma sobrenorma, porque trata do conteúdo ou das formas que as demais normas devem conter, apresentando princípios que servem de guias supremos ao exercício das competências dos órgãos.
2. **(CESPE/MPS/2010)** Segundo a estrutura escalonada ou piramidal das normas de um mesmo sistema jurídico, no qual cada norma busca sua validade em outra, situada em plano mais elevado, a norma constitucional situa-se no ápice da pirâmide, caracterizando-se como norma-origem, porque não existe outra que lhe seja superior.
3. **(CESPE/Auditor-TCU/2009)** Pelo princípio da supremacia da Constituição, constata-se que as normas constitucionais estão no vértice do sistema jurídico nacional, e que a elas compete, entre outras matérias, disciplinar a estrutura e a organização dos órgãos do Estado.
4. **(ESAF/AFC-CGU/2004)** Um dos objetos do Direito Constitucional Comparado é o estudo das normas jurídicas positivadas nos textos das Constituições de um mesmo Estado, em diferentes momentos históricotemporais.
5. **(FUNIVERSA/APEX-Brasil/2006)** O Direito Constitucional é um ramo do Direito Privado, destacado por ser fundamental à organização do Estado e ao estabelecimento das bases da estrutura política.
6. **(CESPE/Advogado - Petrobrás/2007)** O conceito de constituição moderna corresponde à idéia de uma ordenação sistemática e racional da comunidade política por meio de um documento escrito no qual se declaram as liberdades e os direitos e se fixam os limites do poder político. Esse conceito de constituição é também conhecido como conceito oriental de constituição.
7. **(CESPE/Promotor-MPE-RN/2009)** A origem do constitucionalismo remonta à antiguidade clássica, especificamente ao povo hebreu, do qual partiram as primeiras manifestações desse movimento constitucional em busca de uma organização política fundada na limitação do poder absoluto.
8. **(CESPE/ANATEL/2006)** O constitucionalismo pode ser corretamente definido como um movimento que visa limitar o poder e estabelecer um rol de direitos e garantias individuais, o que cria a necessidade de se instituir uma carta, em regra escrita, que possa juridicizar essa relação entre Estado e cidadão, de forma a se gerar mais segurança jurídica.

**CURSO ON-LINE - D. CONSTITUCIONAL - TJDF
PROFESSOR: VÍTOR CRUZ**

9. (ESAF/AFRFB/2009) O conceito ideal de constituição, o qual surgiu no movimento constitucional do século XIX, considera como um de seus elementos materiais caracterizadores que a constituição não deve ser escrita.

10. (ESAF/AFC-CGU/2004) A idéia de uma Constituição escrita, consagrada após o sucesso da Revolução Francesa, tem entre seus antecedentes históricos os pactos, os forais, as cartas de franquia e os contratos de colonização.

11. (CESPE/Promotor-MPE-RN/2009) O neoconstitucionalismo é caracterizado por um conjunto de transformações no Estado e no direito constitucional, entre as quais se destaca a prevalência do positivismo jurídico, com a clara separação entre direito e valores substantivos, como ética, moral e justiça.

12. (CESPE/Promotor-MPE-RN/2009) O neoconstitucionalismo caracteriza-se pela mudança de paradigma, de Estado Legislativo de Direito para Estado Constitucional de Direito, em que a Constituição passa a ocupar o centro de todo o sistema jurídico.

13. (CESPE/POLÍCIA CIVIL DF/98) A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, como produto da Revolução Francesa de 1789, contém nitidamente a idéia de limitação do poder do Estado pela garantia de uma esfera de liberdade do cidadão, deixando bastante clara a dicotomia Estado-cidadão.

14. (CESPE/POLÍCIA CIVIL DF/98) A passagem do Estado Liberal para o Estado Social é acompanhada da idéia de que os direitos do homem só podem ser efetivamente garantidos pela necessária intervenção do Estado, seja para proteger liberdades ou para criar condições materiais para o exercício dos direitos sociais.

15. (CESPE/POLÍCIA CIVIL DF/98) A filosofia do direito natural, que teve John Locke seu precursor, defende a idéia de que o homem tem direitos inatos, derivados da sua condição humana; é, por isso, uma teoria que leva em consideração apenas os chamados direitos de primeira geração, ou direitos cuja efetividade independe de uma atuação positiva do Estado.

16. (ESAF/CGU/2004) Segundo a melhor doutrina, a tendência constitucional moderna de elaboração de Constituições sintéticas se deve, entre outras causas, à preocupação de dotar certos institutos de uma proteção eficaz contra o exercício discricionário da autoridade governamental.

17. (FCC/Auditor – TCE-MG/2005) Do ponto de vista histórico, o denominado conceito de Constituição liberal foi expresso pela

a) Carta Magna, de 1215.

b) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.

CURSO ON-LINE - D. CONSTITUCIONAL - TJDFT
PROFESSOR: VÍTOR CRUZ

- c) Constituição mexicana revolucionária, de 1917.
- d) Constituição de *Weimar*, de 1919.
- e) Lei Fundamental de *Bonn*, de 1949.

18. (VUNESP/TJ-MS/2009) Assinale a alternativa que contém uma afirmativa correta a respeito do constitucionalismo.

- a) O constitucionalismo teve seu marco inicial com a promulgação, em 1215, da Magna Carta inglesa.
- b) O constitucionalismo surge formalmente, em 1948, com a edição da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.
- c) A doutrina do Direito Constitucional é uníssona no entendimento de que o constitucionalismo surgiu com a revolução norte-americana resultando, em 1787, na Constituição dos Estados Unidos da América.
- d) É possível identificar traços do constitucionalismo mesmo na antiguidade clássica e na Idade Média.
- e) O constitucionalismo brasileiro inspirou-se fortemente no modelo constitucional do Estado da Inglaterra.

19. (FCC/PGE-MA/2003) A Constituição "como decisão política do titular do poder constituinte" é conceito atribuído a

- a) Sieyès.
- b) Kelsen.
- c) Montesquieu.
- d) Carl Schmitt.
- e) Ferdinand Lassalle.

20. (FCC/Subprocurador - TCE-SE/2002) A conceituação de Constituição como "a soma dos fatores reais do poder que regem nesse País", atribuída a Lassalle, indica, segundo a doutrina, uma concepção de Constituição no sentido

- a) sociológico.
- b) jurídico.
- c) político.
- d) axiológico ou normativo.
- e) instrumental ou estrutural.

21. (FCC/Defensor Público-SP/2006) O termo "Constituição" comporta uma série de significados e sentidos. Assinale a alternativa que associa corretamente frase, autor e sentido.

**CURSO ON-LINE - D. CONSTITUCIONAL - TJDF
PROFESSOR: VÍTOR CRUZ**

- a) Todos os países possuem, possuíram sempre, em todos os momentos da sua história uma constituição real e efetiva. Carl Schmitt. Sentido político.
- b) Constituição significa, essencialmente, decisão política fundamental, ou seja, concreta decisão de conjunto sobre o modo e a forma de existência política. Ferdinand Lassale. Sentido político.
- c) Constituição é a norma fundamental hipotética e lei nacional no seu mais alto grau na forma de documento solene e que somente pode ser alterada observando-se certas prescrições especiais. Jean Jacques Rousseau. Sentido lógico-jurídico.
- d) A verdadeira Constituição de um país somente tem por base os fatores reais do poder que naquele país vigem e as constituições escritas não têm valor nem são duráveis a não ser que expressem fielmente os fatores do poder que imperam na realidade. Ferdinand Lassale. Sentido sociológico.
- e) Todas as constituições pretendem, implícita ou explicitamente, conformar globalmente o político. Há uma intenção atuante e conformadora do direito constitucional que vincula o legislador. Jorge Miranda. Sentido dirigente.

22. (CESPE/Analista-STF/2008) Considere a seguinte definição, elaborada por Kelsen e reproduzida, com adaptações, de José Afonso da Silva (Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Atlas, p. 41...). A constituição é considerada norma pura. A palavra constituição tem dois sentidos: lógico-jurídico e jurídico-positivo. De acordo com o primeiro, constituição significa norma fundamental hipotética, cuja função é servir de fundamento lógico transcendental da validade da constituição jurídico-positiva, que equivale à norma positiva suprema, conjunto de normas que regula a criação de outras normas, lei nacional no seu mais alto grau. É correto afirmar que essa definição denota um conceito de constituição no seu sentido jurídico.

23. (CESPE/TRF 5ª/2009) Segundo Kelsen, a CF não passa de uma folha de papel, pois a CF real seria o somatório dos fatores reais do poder. Dessa forma, alterando-se essas forças, a CF não teria mais legitimidade.

24. (CESPE/Agente Administrativo - MMA/2009) No sentido sociológico defendido por Ferdinand Lassale, a Constituição é fruto de uma decisão política.

25. (CESPE/TRF 1ª/2009) No sentido sociológico, a constituição seria distinta da lei constitucional, pois refletiria a decisão política fundamental do titular do poder constituinte, quanto à estrutura e aos órgãos do Estado, aos direitos individuais e à atuação democrática, enquanto leis constitucionais seriam todos os demais

CURSO ON-LINE - D. CONSTITUCIONAL - TJDFT
PROFESSOR: VÍTOR CRUZ

preceitos inseridos no documento, destituídos de decisão política fundamental.

26. (CESPE/Analista - DPU/2010) O termo constituição possui diversas acepções. Dessa forma, ao se afirmar que a constituição é norma pura, sendo fruto da vontade racional do homem e não das leis naturais, considera-se um conceito próprio do sentido

- a) culturalista.
- b) sociológico.
- c) político.
- d) filosófico.
- e) jurídico.

27. (CESPE/Promotor-MPE-RO/2010) Para a teoria da força normativa da constituição - desenvolvida, principalmente, pelo jurista alemão Konrad Hesse -, a constituição tem força ativa para alterar a realidade, sendo relevante a reflexão dos valores essenciais da comunidade política submetida.

28. (CESPE/Promotor-MPE-RO/2010) Para o jurista alemão Peter Häberle, a constituição de um país consiste na soma dos fatores reais de poder que regulamentam a vida nessa sociedade.

29. (CESPE/Promotor-MPE-RO/2010) O legado de Carl Schmitt, considerado expoente da acepção jurídica da constituição, consistiu na afirmação de que há, nesse conceito, um plano lógico-jurídico, em que estaria situada a norma hipotética fundamental, e um plano jurídicosubstantivo, ou seja, a norma positivada.

30. (CESPE/Procurador Municipal de Natal/2008) A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição, defendida por Peter Häberle, propõe que a interpretação constitucional seja tarefa desenvolvida por todos aqueles que vivem a norma, devendo ser inseridos no processo de interpretação constitucional todos os órgãos estatais, os cidadãos e os grupos sociais.

CURSO ON-LINE - D. CONSTITUCIONAL - TJDFT
PROFESSOR: VÍTOR CRUZ

GABARITO:

1	Correto	16	Errado
2	Correto	17	B
3	Correto	18	D
4	Correto	19	D
5	Errado	20	A
6	Errado	21	Errado
7	Correto	22	Correto
8	Correto	23	Errado
9	Errado	24	Errado
10	Correto	25	Errado
11	Errado	26	E
12	Correto	27	Correto
13	Correto	28	Errado
14	Correto	29	Errado
15	Correto	30	Correto